

# FORMAS DE CONTROLE E DOMINAÇÃO: UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Flávia Sanna Leal de Meirelles<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende abordar a divisão do poder, conforme as publicações de três grandes filósofos: Michael Foucault, Karl Marx e Max Weber. Ainda, o artigo trata das formas de controle presentes na sociedade e nos processos de trabalho. Todos estes tópicos serão retratados por meio da obra literária produzida por tão importantes autores, o que permitirá a plena compreensão sobre a divisão das funções sociais e profissionais. A importância destes três filósofos dispensa explicações, uma vez que seus trabalhos são conhecidos em todo o mundo. Neste sentido, são particularmente propícios os estudos de Foucault: suas teorias tratam sobre o relacionamento entre poder e conhecimento, e como estes são utilizados como formas de controle pelas instituições sociais. A partir de tais premissas, o presente artigo pretende estabelecer uma correlação entre as filosofias dos três, referente aos tópicos supramencionados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle. Divisão Social. Filosofia. Poder.

**ABSTRACT:** This paper aims to address the division of power according to what was written by three great philosophers: Michael Foucault, Karl Marx and Max Weber. Also, the article deals with the forms of control on the society and on working processes. All of these topics will be seen through the literary work of such important authors, which will allow full comprehension about the division of both social and professional functions. The importance of these three philosophers is self-explanatory, since their works are known worldwide. In this sense, the studies of Foucault are particularly favorable: his theories addressed the relationship between power and knowledge, and how they are used as a form of social control through societal institutions. From such premises, this paper intends to establish a correlation between the philosophies of them three, regarding the topics abovementioned.

**KEYWORDS:** Control. Philosophy. Power. Social Division.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar diversas visões acerca da divisão de poder e dar formas de controle em sociedade e no processo de trabalho. Por meio da análise do conteúdo das obras de três autores de extrema importância, será

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutoranda em Direito pela UERJ.

possível compreender como funcionava cada sociedade a cada tempo, no que diz respeito à divisão das funções sociais e profissionais.

Michel Foucault é responsável pela criação do conceito de disciplinas. Segundo o renomado filósofo, trata-se do método a partir do qual passou a ser permitido à ideologia dominante que minuciosamente controlasse as operações do corpo dos soldados. Estes encontravam-se constantemente sujeitos às forças daqueles, que lhes impunha uma relação de docilidade e, ao mesmo tempo, de utilidade para os fins que fossem julgados necessários.

A análise realizada no presente trabalho é feita por meio da interpretação da evolução histórica do tratamento disposto às formas de dominação em sociedade. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, portanto, as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação.

Eram algo diferente do que havia na escravidão, uma vez que aqui não há uma fundamentação baseada em uma relação de apropriação do corpo. O momento histórico em que as disciplinas se desenvolveram representou a época do nascimento de uma arte do corpo humano.

Foucault afirma que o objetivo das disciplinas não se limitava a aumentar as habilidades dos soldados, ou mesmo a somente aprofundar a sujeição destes. Para o autor, as disciplinas tinham como finalidade construir uma relação que no mesmo mecanismo transformasse os soldados em mais obedientes na medida em que fossem mais úteis, e também o inverso.

Desta forma, era criada uma política de coerções, que se referem a um trabalho sobre o corpo daqueles que a isto eram sujeitos. Era uma manipulação calculada dos elementos, gestos e comportamentos da classe dominada. A disciplina refere-se, portanto, ao cerceamento coercitivo do agir humano dos soldados, submetidos à classe dominante. Tal submissão referia-se, inclusive, à distribuição dos indivíduos no espaço, ao controle da atividade exercida por eles (também no que diz respeito a horário de cumprimento das funções) e a composição das forças que atuavam no exercício das atividades disciplinares.

Karl Marx fora responsável por intimamente relacionar a dominação social com as formas de dominação no processo de trabalho. Sua concepção acerca do que seja controle é, portanto, substancialmente diversa da apresentada por Foucault.

Isto porque o autor entende que o trabalho é a atividade fundante da Humanidade. Sendo a centralidade da vida humana, o trabalho é algo que se desenvolve socialmente, um vez que o homem é um ser social. Da premissa de que os homens são seres sociais, as relações de produção e as relações sociais que foram construídas ao longo da História fundam todo o processo de formação da Humanidade.

A doutrina de Marx é denominada o marxismo. Trata-se da concepção materialista da História. Afastado de qualquer tipo de determinismo, compreende a predominância da materialidade sobre a ideia, a qual só é possível com o

desenvolvimento daquela.

O marxismo engloba, ainda, a compreensão das coisas em seu movimento, em sua inter-determinação, que é a dialética. Portanto, não é possível entender os conceitos marxianos (tais como forças produtivas, capital, etc) sem levar em conta o processo histórico, pois não são conceitos abstratos e sim uma abstração do real, tendo como pressuposto que o real é movimento.

Esta compreensão e concepção do homem é radicalmente revolucionária em todos os sentidos, pois é a partir dela que Marx irá identificar a alienação do trabalho como a alienação fundante das demais. E é com esta base filosófica que o autor compreende todas as demais ciências, tendo sua compreensão do real influenciado cada dia mais a ciência por sua consistência.

Marx trouxe para o tema abordado no presente trabalho a noção de cooperação. Para ele, portanto, esta constitui uma forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. Importante ressaltar que o raciocínio do autor neste momento não se refere meramente ao aumento da força produtiva individual por meio do fenômeno da cooperação, e sim à criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas.

Por fim, Max Weber revoluciona ao tratar do que chamou de “líder carismático”. Weber considerou o carisma uma força revolucionária na história, pois ele tinha o poder de romper as formas normais de exercício do poder. Por outro lado, a confiança dos dominados no carisma do líder é volúvel e esta forma de dominação tende para a via tradicional ou legal.

A dominação carismática é talvez a mais importante característica trazida pela obra de Weber. Nesta forma de dominação os dominados obedecem a um senhor em virtude do seu carisma ou seja, das qualidades excepcionais que lhe conferem especial poder de mando.

A palavra “carisma” é de inspiração religiosa e, no contexto cristão, lembra os dons conferidos pelo Espírito Santo aos cristãos. A palavra foi reinterpretada em sentido sociológico como dons e carismas do próprio indivíduo e, foi nesta forma que Weber a adotou.

Por meio, portanto, da análise da evolução histórica do que se entende acerca das formas de controle e dominação em sociedade, é possível visualizar o que nos leva a possuir certos entendimentos consolidados nos dias de hoje. Para a realização da referida análise, nada melhor do que contar com a rica colaboração do conteúdo das obras dos referidos e renomados autores.

## **1 MICHEL FOUCAULT: DISCIPLINAS**

O importante filósofo, pensador e epistemólogo francês contemporâneo Michel Foucault foi responsável por valiosa colaboração acerca do tema de que

trata o presente trabalho. Em primeiro lugar, insta ressaltar que a obra do referido autor foi desenvolvida em uma arqueologia do saber filosófico, da análise do discurso e da experiência literária.

Foucault concentrou seu trabalho também sobre a relação entre poder e governamentalidade, bem como sobre a análise de práticas de subjetivação. Notoriamente conhecido por ter destacado as formas com as quais eram realizadas certas práticas das instituições com relação aos indivíduos, Foucault desenvolveu uma investigação especificamente voltada para a estrutura das instituições judiciais e penitenciárias da época moderna.

A obra do autor é construída por meio de uma análise histórica dos fatos sobre a dominação e as formas de controle. As diferentes visões que se tinha acerca dos “soldados” (indivíduos que deviam submissão), bem como os diversos tratamentos que foram desferidos a estes, compõem vasta gama de informação que permite que se compreenda com maior clareza o contexto de cada época analisada.

Durante a época clássica, houve a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder por aqueles que pertenciam à classe dominadora. A partir da segunda metade do século XVIII, uma calculada coação passou a percorrer cada parte do corpo dos referidos soldados. Tornando-os perpetuamente disponíveis à submissão a que se sujeitavam, esta coação prolongava-se, em silêncio, no automatismo dos hábitos deles.

Naturalmente, em qualquer sociedade, o corpo encontra-se preso no interior de poderes demasiadamente apertados, os quais lhe impõem toda sorte de limitações, proibições e obrigações. No entanto, no momento descrito, o que havia de especial era o fato de que o corpo dos soldados era trabalhado pelos dominantes de forma detalhada, levando ao exercício sobre eles de uma coerção sem folga.

Foucault referiu-se a este fenômeno como as “disciplinas”. Trata-se, portanto, do método a partir do qual passou a ser permitido o minucioso controle – por parte da ideologia dominante – das operações do corpo dos soldados. Havia a realização de constante sujeição às forças daqueles, impondo a estes uma relação de docilidade e utilidade.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, portanto, as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação – diferentes, no entanto, do que havia na escravidão, uma vez que aqui não há uma fundamentação baseada em uma relação de apropriação do corpo. O momento histórico em que as disciplinas se desenvolveram representou a época do nascimento de uma arte do corpo humano. O objetivo com relação aos soldados era, nas palavras do autor,

Não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo,

uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos<sup>2</sup>.

A disciplina refere-se, portanto, ao cerceamento coercitivo do agir humano dos soldados, submetidos à classe dominante. Tal submissão referia-se, inclusive, à distribuição dos indivíduos no espaço, ao controle da atividade exercida por eles (também no que diz respeito a horário de cumprimento das funções) e a composição das forças que atuariam no exercício das atividades disciplinares – conforme será adiante aprofundado.

A função maior do poder disciplinar é o adestramento propriamente dito dos soldados. Significa dizer que a disciplina não “amarra” as forças dos submissos de forma a reduzi-las. Ao contrário, procura ligá-las para, uma vez que estejam multiplicadas, sejam utilizadas em um todo que seja útil para quem exerce o controle. Assim, os processos de decomposição da classe subordinada são levados a atingir as singularidades necessárias e suficientes.

Portanto, segundo Foucault, o afirmar-se da prisão como forma generalizada de sanção para todo tipo de crime é resultado do desenvolvimento da disciplina registrado nos séculos XVIII e XIX. A obra do autor voltou-se para a criação especificamente de formas particularmente refinadas de disciplina, tendo como objeto os mais pequenos e detalhados aspectos do corpo de cada pessoa.

A partir desta ideia, defende também que a disciplina foi a responsável por criar uma nova economia e uma nova política dos corpos. As instituições modernas pediam que os corpos fossem individualizados segundo os seus escopos, e também para o adestramento, a observação e o controle. Desta forma, teria a disciplina criado uma espécie de individualidade totalmente nova para os corpos, que lhes permitiu adimplir o dever nas formas das organizações econômicas, políticas e militares que emergiam na idade moderna e ainda continuam.

Esta disciplina das individualidades constrói algumas características para os corpos que controla, criando por reflexo uma individualidade. Esta, conforme já fora mencionado, passa a ser, ao mesmo tempo: celular (determinando a distribuição espacial dos corpos); orgânica (assegurando que as atividades requeridas para os corpos sejam “naturais” para os mesmos); genética (controlando a evolução no tempo da atividade dos corpos); e combinatória (fazendo com que a força combinada de mais corpos si fundam em uma força de massa).

Foucault sugere que esta individualidade possa ser integrada em sistemas oficialmente igualitários, mas que utilizam a disciplina pra construir relações de poder desiguais. O poder disciplinar deve seu sucesso ao fato de ter se utilizado de instrumentos simples, quais sejam: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a combinação destes em um procedimento que lhe é específico, o exame.

A vigilância hierárquica refere-se ao fato de o exercício da disciplina supor a existência de um dispositivo que obrigue apenas pelo que o autor chama de

2 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão (tradução de Raquel Ramalhe). 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 133.

“jogo do olhar”. Trata-se de um aparelho por meio do qual as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder. Em troca, os meios de coerção tornariam claramente visíveis aqueles sobre quem seriam aplicados.

O aparelho disciplinar perfeito consistiria, portanto, em um destes observatórios que capacitasse um único olhar ver tudo permanentemente. Desta forma, um ponto central seria o olho perfeito: fonte de luz que iluminaria a todas as coisas e, ao mesmo tempo, lugar de convergência de tudo o que deveria ser sabido pelos controladores. Nada escaparia ao olho perfeito, que seria o centro em direção ao qual convergiriam todos os olhares.

A vigilância se torna, assim, um operador econômico decisivo. Isto porque ao mesmo tempo que consiste em uma peça interna no aparelho de produção da época, refere-se a uma engrenagem específica do poder disciplinar. Inclusive, tal função de vigilância, de acordo com KARL MARX, “torna-se a função do capital, assim que o trabalho que lhe é subordinado de torna cooperativo, e como função capitalista ela adquire características especiais”<sup>3</sup>.

Ou seja: a disciplina deve impor-se sem uma força excessiva, através de uma atenta observação, e graças a tais observações os corpos si forjam na forma correta. Naturalmente, tal vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é uma das grandes invenções técnicas do século XVIII. No entanto, sua grandiosa e importantíssima extensão deve-se ao surgimento das novas mecânicas de poder.

Grças a isto, o poder disciplinado torna-se um sistema integrado, ligado do interior à economia, atingindo, assim, os fins do dispositivo onde é exercido. Foucault ressalta, quanto a isto, que o poder na referido vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade. Ao contrário, funciona como uma máquina que faz realizar este poder relacional.

Quanto à sanção normalizadora, o autor destaca o fato de que em todas as sociedades com sistemas disciplinares funciona um pequeno mecanismo penal. Este, por sua vez, beneficia-se por uma espécie de privilégio de justiça, com leis próprias e delitos especificados. Contando ainda com formas particulares de sanção e de instâncias de julgamento, as disciplinas se mostram com uma face distintiva dos demais sistemas.

Trazendo consigo uma forma específica de punição, as disciplinas reproduzem apenas o que seria um modelo reduzido do tribunal. Na categoria de que se encarregam as penalidades disciplinares encontra-se a inobservância, isto é, tudo o que não se adequa à regra dos que dominam. Todo desvio, tudo aquilo que afaste o indivíduo das mencionadas regras, é legitimamente sancionado.

Logo, o castigo disciplinar tem justamente a função de reduzir tais desvios. Desta forma, buscou ser em sua essência corretivo. Assim, privilegiaram as punições pertencentes à ordem dos exercícios: aprendizado intensificado, multiplicado e, por vezes, repetido. O efeito corretivo esperado destas sanções é dire-

3 MARX, K. O Capital. Livro I, quarta seção, cap. XIII.

tamente obtido pela mecânica de um castigo: uma vez que castigar é exercitar, tal sanção passa pela expiação e pelo arrependimento.

Na disciplina, a punição não ultrapassa a função de exercer um sistema duplo, tanto de gratificação quanto de sanção. A penalidade posta em execução nestes sistemas se integra em todo o ciclo de conhecimento dos indivíduos.

Ainda, havia a divisão dos soldados segundo classificações ou graus de diversas naturezas. Tal fato justifica-se não apenas por marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as inaptidões daqueles que se sujeitavam ao sistema. Também havia nisto a função de castigar e recompensar. Desta forma, tem-se que a única forma de recompensa ditada pelas disciplinas é o jogo de promoções, o qual permite hierarquias e lugares, bem como pune rebaixando e degradando o “infrator”. O próprio sistema de classificações funciona como uma recompensa, ou como uma punição.

Com relação a este assunto, Foucault faz a seguinte e brilhante conclusão:

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. (...) A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui<sup>4</sup>.

Com relação ao exame, trata-se da combinação das técnicas anteriormente mencionadas, as da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. Refere-se a uma forma de controle, de vigilância, que permite a realização da qualificação, classificação e punição dos soldados. Por meio disto, eles podem ser diferenciados e, assim, sancionados, por meio da demonstração da força da parcela dominante da comunidade, e do estabelecimento da verdade.

A individualização em um regime disciplinar ocorre de forma “descendente. Isto porque à medida em que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais este poder é exercido tendem a ser mais fortemente individualizados. Isto é feito, ainda, por medidas comparativas cuja referência é a norma, e não genealogias que tem os ancestrais como pontos de referência.

Nos séculos XVII e XVIII, a teoria política vigente pareceu obedecer ao esquema da sociedade comercial. Esta, na época, se teria representado como uma associação contratual de sujeitos jurídicos isolados. De fato, não raro se afirma que o modelo de uma sociedade cujos indivíduos são tidos como meros elementos constituintes é tomado às formas jurídicas abstratas do contrato e da troca.

Apesar e independentemente deste fato, não se pode olvidar que esta mesma época contou com uma técnica que permitiu constituir efetivamente os indivíduos como elementos correlacionados de um mesmo poder e um mesmo saber.

4 FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 175-176.

Por mais que se tenha em mente que o indivíduo é um “átomo fictício de uma representação ideológica da sociedade”<sup>5</sup>, é preciso ter em mente que ele é também uma realidade fabricada pela disciplina: essa tecnologia específica de poder com a qual os indivíduos tiveram que lidar à época.

Existe indubitavelmente uma face negativa no poder. Ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. Em outras palavras, o poder é responsável pela produção de realidade. O indivíduo, assim como o conhecimento que se pode vir a ter a partir dele, se originam na realização desta produção.

Não é possível tentar realizar uma identificação entre a disciplina e uma instituição ou um aparelho de qualquer natureza. Isto porque ela se refere a um tipo de poder, isto é, uma modalidade para exercê-lo. Assim, comporta todo um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação e “alvos”: ela é uma tecnologia do poder, a qual pode até mesmo ficar a cargo de instituições especializadas.

Conforme já fora anteriormente mencionado, a disciplina deve impor-se sem uma força excessiva, através de uma atenta observação, e graças a tais observações os corpos si forjam na forma correta. Deste fenômeno deriva a necessidade de uma peculiar forma de instituição, a qual Foucault exemplifica por meio do Panóptico de Jeremy Bentham.

O Panóptico era a suma encarnação de uma moderna instituição disciplinar. Consentia uma constante observação caracteriza pela “vista desigual”. Na prática, talvez a mais importante característica do Panóptico resida em seu “design”, graças à qual o recluso não poderia nunca saber quando (e se) efetivamente era observado.

Desta forma, a “vista desigual” determinava a interiorização da individualidade disciplinar, e o corpo dócil requerido pelos internados. Significa dizer que não mais se é tão induzido a transgredir leis ou regras se se acredita observado, até mesmo quando na realidade a vigilância não é (momentaneamente) praticada.

Portanto, a prisão, especialmente se veste o paradigma do panóptico, oferece a forma ideal de punição moderna. Segundo Foucault, este é o motivo pelo qual a punição generalizada, “gentil”, das correntes e trabalhos forçados teve que ceder lugar ao cárcere. Este último era a modernização ideal da punição, e era, portanto, natural que com o passar do tempo prevalecesse.

Sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, o sistema panóptico destina-se a ser difundido no corpo social. Logo, sua função reside no fato de dever tornar-se uma função generalizada.

Neste contexto, portanto, o panóptico realizou específica e importante função. Funcionando como uma espécie de laboratório de poder, seus mecanismos de observação o fizeram ganhar em eficácia, bem como em capacidade de penetração no comportamento dos homens. Implanta, desta forma, um aumento de saber em todas as instâncias do poder, por meio da descoberta de objetos que

5 Ibid. p. 185.

devem ser conhecidos em todas as superfícies que se submetem a tal poder.

Em suma, poderia-se falar da formação de uma sociedade disciplinar neste movimento que se inicia nas referidas disciplinas “fechadas” e culmina com o advento do mecanismo do panoptismo. Não se pode pretender afirmar que a sociedade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras. Ao invés disso, ressalte-se que ela se infiltrou no meio das outras, servindo-lhes de intermediária até mesmo quando por vezes resultou em desqualificá-las. Ligando-as entre si, a sociedade disciplinar prolongou todas as demais, assegurando vasta distribuição das relações de poder ao longo das diversas épocas.

## 2 KARL MARX: COOPERAÇÃO

Karl Marx foi um intelectual e revolucionário alemão que fundou a doutrina comunista moderna. Tendo atuado como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista, suas obras foram de importante influência para diversas áreas – como a Geografia, a Filosofia, a História, o Direito, a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia, entre outras.

Herdeiro da filosofia alemã, Marx é considerado um de seus grandes representantes, junto a Immanuel Kant e Georg Friedrich Hegel. Foi um dos maiores (para muitos, o maior) pensadores de todos os tempos, tendo uma produção teórica extensa e densa como a de Aristóteles, de quem era um admirador. Como filósofo, afirma que "realizar" a filosofia é antes de tudo "aboli-la", ou ao realizá-la, ela e a realidade se transformam na práxis, a união entre teoria e prática.

A teoria marxista é, substancialmente, uma crítica radical das sociedades capitalistas. Mas é uma crítica que não se limita a teoria em si. Inclusive, Marx se posiciona contra qualquer separação drástica entre teoria e prática, entre pensamento e realidade, porque essas dimensões são abstrações mentais (categorias analíticas) que, no plano concreto, real, integram uma mesma totalidade completa.

A teoria de Karl Marx é denominada “marxismo”. Este constitui-se como a concepção materialista da História. Afastado de qualquer tipo de determinismo, compreende a predominância da materialidade sobre a ideia, a qual só é possível com o desenvolvimento daquela.

O marxismo engloba, ainda, a compreensão das coisas em seu movimento, em sua inter-determinação, que é a dialética. Portanto, não é possível entender os conceitos marxianos (tais como forças produtivas, capital, etc) sem levar em conta o processo histórico, pois não são conceitos abstratos e sim uma abstração do real, tendo como pressuposto que o real é movimento.

Karl Marx compreende o trabalho como atividade fundante da humanidade. E o trabalho, sendo a centralidade da atividade humana, se desenvolve socialmente, sendo o homem um ser social. Sendo os homens seres sociais, a História, isto é, suas relações de produção e suas relações sociais fundam todo processo de

formação da humanidade.

Esta compreensão e concepção do homem é radicalmente revolucionária em todos os sentidos, pois é a partir dela que Marx irá identificar a alienação do trabalho como a alienação fundante das demais. E com esta base filosófica é que Marx compreende todas as demais ciências, tendo sua compreensão do real influenciado cada dia mais a ciência por sua consistência.

Visto isso, é preciso partir da premissa de que Marx tem uma concepção acerca de controle diversa da tratada no presente trabalho até aqui. Isso se deve ao fato não apenas das referidas influências ao seu trabalho, como também em razão do contexto histórico e social durante o qual sua obra fora produzida. O raciocínio de Marx acerca deste tema merece especial e detalhada explicação.

A economia no emprego dos meios de produção é uma forma de baratear o custo para venda dos produtos decorrentes daquela mão de obra. No entanto, tal economia decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos. Estes, por sua vez, adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em contraste com os meios de produção dispersos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos patrões, mesmo quando os muitos apenas trabalham no mesmo local, sem colaborar entre si.

Boa parte dos meios de trabalho adquire esse caráter social antes que o próprio processo de trabalho o adquira. Esta economia nos meios de produção de forma a diminuir, mais à frente, seus preços finais, em geral, tem de ser considerada por meio de um duplo ponto de vista.

Em primeiro lugar, na medida em que as mercadorias se tornam mais baratas, abaixando desse modo também o valor da força de trabalho. Em segundo lugar, na medida em que modifica a proporção entre mais-valia e o capital global adiantado, isto é, a soma de valor de seus componentes constante e variável.

Importante ressalva deve aqui ser feita. O conceito de mais-valia foi empregado por Karl Marx para explicar a obtenção dos lucros no sistema capitalista. O autor afirma que o trabalho gera a riqueza, portanto, a mais-valia seria o valor extra da mercadoria, isto é, a diferença entre o que o empregado produz e o que ele recebe. A esta diferença, portanto, Marx chama de valor excedente ou maior, ou mais-valia.

Uma vez que, com efeito, aqui as condições de trabalho são colocadas em face do trabalhador de forma autônoma, o economizá-las apresenta-se também como uma operação particular, que em nada lhe interessa e que por isso se separa dos métodos que elevam sua produtividade pessoal.

Neste momento, Marx constrói o conceito de cooperação. Trata-se da forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos<sup>6</sup>. Importante ressaltar que o raciocínio do autor neste momento não

6 MARX, Karl. op. cit. p. 442.

se refere meramente ao aumento da força produtiva individual por meio do fenômeno da cooperação, e sim à criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas.

Com isso, muitos executam o mesmo, ou algo semelhante, de forma conjunta e simultânea. Apesar disto, o trabalho individual de cada um segue tendo papel essencial. Desta forma, como parte do trabalho global (exercido pelo todo), pode ainda representar as diferentes fases do próprio processo de trabalho, as quais são percorridas mais rapidamente pelo objeto do trabalho em virtude justamente do instituto da cooperação.

Ressalte-se que muitos destes trabalhadores se completam mutuamente, uma vez que exercem as mesmas atividades ou fazem, no processo de trabalho, algo de mesma espécie. Trata-se da forma mais simples de trabalho coletivo, a qual desempenha importante papel até mesmo nas formas mais desenvolvidas de cooperação.

Naturalmente, é complicado o processo de trabalho. Diante disso, a massa de trabalhadores que exercem suas atividades conjuntamente permite que sejam distribuídas as diferentes operações entre diversos operadores. Desta forma, serão executadas de forma simultânea, resultando em um encurtamento no tempo de trabalho que precisa ser dispensado para que seja fabricado o produto global.

Isto é de fundamental importância, uma vez que existem momentos críticos em quase todos os ramos de produção. Durante estes (que restam fixados pela própria natureza do processo de trabalho), determinados resultados do trabalho executado devem ser atingidos. Diante disto, exige-se a cooperação em certos processos de trabalho em razão da própria configuração espacial do trabalho: a cooperação permite estender o espaço onde este trabalho é realizado. O autor cita como exemplos a drenagem de terras, a construção de diques, construção de canais, estradas e ferrovias.

Por outro lado, tal instituto resulta em um estreitamento espacial do campo de produção, proporcionalmente à escala de produção. Tal limitação do âmbito espacial do trabalho ocorre concomitantemente com a expansão de sua escala de ação. Desta forma, permite que seja poupada certa quantidade de falsos custos desta produção, os quais decorrem da aglomeração dos trabalhadores, bem como da junção de diversos processos de trabalho na mesma área e da concentração dos meios de produção.

Esta combinação que ocorria na jornada de trabalho é responsável por produzir maiores quantidades de valor de uso para os produtos, em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individualmente. Com isso, diminuía-se o tempo necessário de trabalho para produção de determinado efeito útil. Em qualquer circunstância, afirma Marx, a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é a força produtiva social do trabalho (ou também chamada de força produtiva do trabalho social).

Ela decorre, assim, da própria execução da referida cooperação entre os

indivíduos envolvidos na relação de trabalho. Ao criarem um planejamento no sentido de cooperarem uns com os outros, se desfizeram de suas limitações individuais, desenvolvendo, deste modo, a capacidade de sua espécie de produção.

Neste sentido, importante ressalva deve ser feita. Uma vez que é imprescindível que os trabalhadores estejam juntos para que possam cooperar diretamente uns com os outros, a aglomeração destes em determinado local torna-se condição para a realização da cooperação. Sendo assim, tem-se que os trabalhadores assalariados não podem cooperar com a produção de trabalho sem que haja seu simultâneo emprego por parte do capitalista, que, portanto, deverá comprar suas forças de trabalho. Ainda, o

valor global dessas forças de trabalho ou a soma dos salários dos trabalhadores por um dia, uma semana etc., tem de estar reunido, portanto, no bolso do capitalista antes de as próprias forças de trabalho serem unidas no processo de produção<sup>7</sup>.

Diante disso, cria-se uma lógica acerca do mecanismo da cooperação no processo de trabalho. Esta refere-se ao fato de o número dos trabalhadores que cooperam ou a escala da cooperação inicialmente depender da grandeza do capital que o capitalista individual pode despender na compra da força de trabalho, isto é, da medida em que cada capitalista dispõe dos meios de subsistência de muitos trabalhadores.

A cooperação com base na divisão do trabalho adquire sua forma clássica com o advento das manufaturas. Uma vez que trata-se da forma característica do processo de produção capitalista, a cooperação predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, o qual teve início em meados do século XVI e durou até o final do século XVIII.

Houve um duplo modo por meio do qual teve origem a manufatura. De um lado, mais simplesmente compreendido, trabalhadores de diversos ofícios autônomos – nas mãos dos quais tem que passar um produto até seu acabamento final – são reunidos em uma oficina sob o comando de um mesmo capitalista. Por outro lado, porém, também assistiu-se ao surgimento das manufaturas pelo caminho inverso.

Corresponde ao fato de muitos artífices que realizavam o mesmo trabalho ou trabalhos de mesma espécie serem ocupados pelo mesmo capital, de forma simultânea nas mesmas oficinas. Esta é a cooperação em sua forma mais simples. Cada um destes artífices (por vezes contando com ajudantes) produz a mercadoria por inteiro, levando a cabo, portanto, sucessivamente as diferentes operações exigidas para a sua fabricação.

O trabalhador segue trabalhando de forma artesanal, no entanto, circunstâncias externas não tardam a levá-lo a se utilizar de outra maneira da concentração dos trabalhadores no mesmo local e simultaneidade de seus trabalhos. Em razão disso, o trabalho é dividido. Ao invés de o mesmo artífice executar as dife-

<sup>7</sup> Ibid. p. 446.

rentes operações dentro de uma seqüência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores.

Tal divisão accidental se repete, fazendo aparecer suas vantagens peculiares e, assim, ossificando-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho. Do produto individual de um artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transformava-se no produto social de uma união de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial. Finalmente, essa divisão do trabalho é uma espécie particular da cooperação e algumas de suas vantagens decorrem da natureza geral e não dessa forma particular da cooperação.

### **3 MAX WEBER: DOMINAÇÃO CARISMÁTICA**

Max Weber foi um intelectual alemão, jurista, economista e considerado um dos fundadores da Sociologia. Além de ser considerado um dos fundadores do estudo moderno da sociologia, sua influência também teve alcance em disciplinas como a Economia, a Filosofia, o Direito, a Ciência Política e a Administração.

Grande parte de seu trabalho como pensador e estudioso foi reservado para o chamado processo de racionalização e desencantamento que provém da sociedade moderna e capitalista. Mas seus estudos também deram contribuição importante para a economia. Sua obra mais famosa é o ensaio “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, por meio do qual começou suas reflexões sobre a sociologia da religião.

Neste sentido, Weber argumentou que a religião era uma das razões não-exclusivas do porque as culturas do Ocidente e do Oriente se desenvolveram de formas diversas, e salientou a importância de algumas características específicas do protestantismo ascético, que levou ao nascimento do capitalismo, a burocracia e do estado racional e legal nos países ocidentais. Em outro trabalho importante, “A política como vocação”, Weber definiu o Estado como “uma entidade que reivindica o monopólio do uso legítimo da força física”. Tal definição veio a se tornar central no estudo da moderna ciência política no Ocidente. Em suas contribuições mais conhecidas são muitas vezes referidas como a “Tese de Weber”.

A obra de Weber contou com a influência de grandes nomes relacionados com a Filosofia. Dentre os mais importantes, pode-se destacar nomes como Immanuel Kant e Friedrich Nietzsche e com alguns dos principais sociólogos de seu tempo, como Ferdinand Tönnies, Georg Simmel e Werner Sombart, entre outros, com os quais Weber dialoga constantemente ao longo de suas escritas.

Max Weber não se enquadrava diretamente em nenhuma das posições clássicas das escolas de renome. Com a escola neo-kantiana, ele concorda com o fato de que as ciências humanas lidam com o fenômeno do valor. Para ele, o indivíduo só consegue analisar aqueles elementos da realidade que tem algum

sentido para ele a partir de suas referências de valor.

Tal posição fora retirada por Weber de Heinrich Rickert. Mas, nem por isso ele rejeitava o valor da imputação causal nas ciências humanas, pois eram um instrumento indispensável para a explicação dos mecanismos de entendimento da vida social. Em síntese, Weber propunha a unificação das ciências humanas integrando as ideias de compreensão e de explicação, em uma visão unitária de ciência.

O principal problema desta posição, contudo, é que colocava em questão o valor objetivo da ciência. Weber reconheceu que toda pesquisa tem um ponto de partida subjetivo (ligado a referência de valor do pesquisador), mas entendeu que este dado não destruía a objetividade da ciência. O valor cognitivo da ciência social reside na sua capacidade de controlar a pesquisa mediante métodos sistemáticos e padronizados de trabalho. O ponto de partida da investigação até pode ser subjetivo, mas seu ponto de chegada deverá ser rigorosamente objetivo.

Especificamente com relação ao tema do presente trabalho, o entendimento de Weber acerca das formas de controle e dominação relaciona-se, em parte, à supramencionada visão de Karl Marx. Na verdade, grande parte da obra de Weber é informada pelas ideias de Marx, as quais foram utilizadas por aquele como uma espécie de princípio norteador.

Weber discordava de Marx na medida em que este último, como economista, cometia um erro: dava a uma perspectiva parcial uma exagerada importância, reduzindo a multiplicidade de fatores causais a um teorema de valor único. Com relação a este fato, Weber apenas nega que se tenha a pretensão de se estabelecer uma sequência causal única e universal.

A abordagem weberiana da estrutura política aproxima-se da abordagem marxista das estruturas econômicas. Enquanto Marx construiu períodos econômicos e neles localizou as principais classes econômicas, relacionando os vários fatores sociais e políticos com o meio de produção, Weber tratou de encarar o controle sobre as armas e sobre os meios de administração.

Ainda, Marx é menos cuidadoso na distinção entre poder econômico e poder político. Como liberal, Weber se empenha em manter tais esferas claramente diferenciadas, criticando o marxismo porque este não distingue o que é rigorosamente econômico, o que é economicamente determinado e aquilo que simplesmente é economicamente relevante.

Max Weber desenvolveu um importante trabalho de sociologia política através da sua teoria dos tipos de dominação. Dominação é a possibilidade de um determinado grupo se submeter a um determinado mandato. Isso pode acontecer por motivos diversos, como por exemplo, os costumes ou a tradição.

O autor define três tipos de dominação que se distinguem pelo caráter da dominação (pessoal ou impessoal) e, principalmente, pela diferença nos fundamentos da legitimidade. De acordo com a dominação legal, a obediência está fundamentada na vigência e aceitação da validade intrínseca das normas e seu

quadro administrativo é mais bem representado pela burocracia. A ideia principal da dominação legal é que deve existir um estatuto que pode ou criar ou modificar normas, desde que esse processo seja legal e de forma previamente estabelecido.

Nessa forma de dominação, o dominado obedece à regra, e não à pessoa em si, independente do pessoal, ele obedece ao dominante que possui tal autoridade devido a uma regra que lhe deu legitimidade para ocupar este posto, ou seja, ele só pode exercer a dominação dentro dos limites pré-estabelecidos. Assim o poder é totalmente impessoal, onde se obedece à regra estatuída e não à administração pessoal.

Como exemplo do uso da dominação legal, pode-se citar o Estado Moderno, o município, uma empresa capitalista privada e qualquer outra organização em que haja uma hierarquia organizada e regulamentada. A burocracia constitui a forma mais pura de dominação legal.

Por sua vez, a dominação tradicional se dá pela crença na santidade de quem dá a ordem e de suas ordenações. Sua ordem mais pura é realizada pela autoridade patriarcal, onde o senhor ordena e os súditos obedecem e na forma administrativa isso se dá pela forma dos servidores.

Nesta forma de dominação, o ordenamento é fixado pela tradição e sua violação seria um afronto à legitimidade da autoridade. Os servidores são totalmente dependentes do senhor e ganham seus cargos seja por privilégios ou concessões feitas pelo senhor, não há um estatuto e o senhor pode agir com livre arbítrio.

Por fim, talvez a mais importante característica trazida pela obra de Weber seja o que ele chamou de dominação carismática. Nesta forma de dominação os dominados obedecem a um senhor em virtude do seu carisma ou seja, das qualidades excepcionais que lhe conferem especial poder de mando.

A palavra “carisma” é de inspiração religiosa e, no contexto cristão, lembra os dons conferidos pelo Espírito Santo aos cristãos. A palavra foi reinterpretada em sentido sociológico como dons e carismas do próprio indivíduo e, foi nesta forma que Weber a adotou.

Weber considerou o carisma uma força revolucionária na história, pois ele tinha o poder de romper as formas normais de exercício do poder. Por outro lado, a confiança dos dominados no carisma do líder é volúvel e esta forma de dominação tende para a via tradicional ou legal.

A tipologia weberiana das formas de poder político diferente claramente da tradição clássica, orientada pela discussão da teoria das formas de governo, oriunda do mundo antigo (Platão e Aristóteles). Filiado à tradição realista de pensamento, Weber também rejeita os pressupostos normativos e éticos da teoria do poder e procura descrevê-lo em suas formas efetivas de exercício. Ao demonstrar que o exercício do poder envolve a necessidade de legitimação da ordem política e, ao mesmo tempo, sua institucionalização por meio de um quadro administrativo, Weber apresentou os fundamentos básicos da sociologia política da era

contemporânea.

Embora tenha consciência do fato de que a dinâmica social é resultado de muitas forças sociais, o autor atribui a todo momento grande ênfase à ascensão do líder carismático. Com relação a este, nas palavras do autor,

Seus movimentos são entusiásticos, e nesses entusiasmos por vezes as barreiras de classe e status dão lugar à fraternização e aos sentimentos de comunidade exuberantes. Os heróis e profetas carismáticos são, assim, vistos como forças realmente revolucionárias na história<sup>8</sup>.

O autor enfatiza o que ele chama de “soberania do homem carismático”. No entanto, isso não significa que minimize a mecânica das instituições. Pelo contrário, acompanhando a rotinização do carisma, o autor pode atribuir um acentuado peso causal às rotinas institucionais. Ainda, para ele, o movimento carismático pode ser rotinizado do tradicionalismo ou na burocratização, a depender diretamente das intenções subjetivas dos seguidores e do líder.

Por fim, Weber ressalta a importância do conceito de “personalidade”. Para ele, trata-se de uma noção muito explorada, que se refere a um centro de criatividade do indivíduo. Perante este centro, profundamente irracional, qualquer indagação analítica é suspensa.

O autor ao longo de suas obras tenta incorporar o conceito de “interpretação” para melhor compreensão de suas idéias. Se faz entender tentando assumir uma posição de leitor da pessoa individual objeto de sua narrativa, bem como a instituição, o ato ou o estilo de trabalho de que faz referência. “A interpretação consiste, assim, na compreensão da união da totalidade mais ampla com sua parte”<sup>9</sup>.

## CONCLUSÃO

Ao longo da História, foram diversas as visões acerca das formas de dominação e poder na sociedade. Estes entendimentos foram retratados de forma brilhante por diversos autores, em especial pelos filósofos a que o presente trabalho fez referência.

Por meio de uma análise histórica de tamanha relevância é possível compreender algumas das razões pelas quais são dados certos tratamentos aos dominantes e aos dominados ainda nos dias de hoje. A compreensão do passado é sem dúvida a melhor forma de construção do que se quer para o futuro, e isso é feito por meio da análise da situação presente.

Nas atuais circunstâncias, o mundo global conta com menores distâncias e fronteiras cada vez menos delimitadas entre diversos países e culturas. Apesar disso, continua-se contando com toda sorte de discriminação entre indivíduos de diversas naturezas. O desenfreado e ilimitado poder que é disposto aos governan-

---

8 WEBER, Marx. *Ensaio de Sociologia*. Oxford University Press, 1967, p. 70.

9 *Ibid.* p. 75.

tes não resulta em nada além de marginalização, a qual constitui uma porta para a criminalidade de massa.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão** (tradução de Raquel Ramallete). 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

MARX, K. **O Capital**. Livro I, quarta seção, cap. XIII.

WEBER, Marx. **Ensaio de Sociologia**. Oxford University Press, 1967.

Data de Submissão: 01/05/2016

Data de Aprovação: 13/06/2016